

A Igreja Católica na Paraíba republicana: romanização e “males” a serem combatidos

Faustino Teatino Cavalcante Neto

Doutor em História e professor da
Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

A Constituição republicana estabeleceu o Estado laico no Brasil e colocou o antigo poder da Igreja Católica em uma situação desconfortável, já que ela perdera sua posição de religião oficial, e sua rede de ação e influência na sociedade diminuiria. Assim, para fazer frente a essa situação política e garantir sua sobrevivência institucional, a Igreja procurou intensificar o processo de romanização da sociedade brasileira, usando, para tanto, estratégias no campo interno (congressos, abertura e reforma dos seminários, vinda de religiosos da Europa e unidade pastoral dos bispos), e no externo (comunicações públicas por meio das cartas pastorais e da imprensa, visitas pastorais, conferências e liturgias), que produziram sua reorganização no período que vai de 1889 a 1930. O objetivo desta comunicação é de analisar parte dessas estratégias.

Palavras-chaves: Igreja católica; Estado; sociedade.

ABSTRACT

The Republican Constitution established the secular state in Brazil and put the ancient power of the Catholic Church in an awkward situation, since it lost its position as the official religion, and its network of action and influence in society diminished. So to deal with this political situation and ensure its institutional survival, the Church sought to reinforce the Romanization process of Brazilian society, using, for both, strategies in the infield (congresses, opening and reform of seminaries, religious coming from Europe and pastoral unity of the bishops), and the external (public communications through pastoral letters and the press, pastoral visits, conferences and liturgies), which produced its reorganization in the period from 1889 to 1930. The objective of this paper is to analyze some of these strategies.

Keywords: Catholic Church; State; society.

A Constituição republicana estabeleceu o Estado laico no Brasil e colocou o antigo poder da Igreja Católica em uma situação desconfortável, já que ela perdera sua posição de religião oficial, e sua rede de ação e de influência na sociedade diminuiria. Assim, para fazer frente a essa situação política e garantir sua sobrevivência institucional, a Igreja

procurou intensificar o processo de romanização da sociedade brasileira, com estratégias no campo interno (congressos, abertura e reforma dos seminários, a vinda de religiosos da Europa e da unidade pastoral dos bispos) e no externo (comunicações públicas por meio das cartas pastorais e da imprensa, visitas pastorais, conferências e liturgias), que produziram a sua reorganização no período de 1889 a 1930.

De acordo com Dias (2008, p. 92), outro esforço organizacional e de consolidação dessa reforma romanizadora da Igreja Católica foi a crescente criação de novas dioceses pelo Brasil afora:

Em 1889, havia apenas uma arquidiocese e onze dioceses no país. Em 1893, Leão XIII criou uma segunda província eclesiástica com sede no Rio de Janeiro, acrescentando mais quatro novas dioceses. Daí por diante o número de dioceses foi crescendo progressivamente: em 1900 havia 17, em 1910 havia 30, em 1920 havia 58 e, em 1930, as dioceses do Brasil já chegavam a 80. Ou seja, a partir de 1890, com a República (1889), o processo de criação de dioceses foi acelerado, passando de doze dioceses para uma soma de oitenta nas diversas regiões do Brasil. Um aumento real de sessenta e oito dioceses.

Leão XIII (1878-1903) foi o papa responsável pelo início da reestruturação da Igreja no Brasil, nos primeiros anos da República, e a criação dessas novas dioceses foi parte de suas estratégias de reação, cujo fim era o de ampliar sua estrutura e sua influência no país frente à sua separação do Estado que se pretendia secularizado.

Assim, em meio a esse movimento de romanização e de afirmação dessa instituição na República, a Diocese da Paraíba foi criada em 27 de abril de 1892.¹ Dois anos depois, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques foi escolhido para dirigir a diocese paraibana, que correspondia a uma “(...) área de 74.731 km² no Estado da Paraíba e 57.485 km² no Estado do Rio Grande do Norte e contava com uma população geral de 725.505 mil habitantes, distribuída em 77 paróquias” (FIQUEIREDO, 1906).²

¹ A Diocese da Paraíba foi criada por meio da Bula *Ad universas orbis ecclesias*, que também criou as de Amazonas, Niterói e Curitiba. Entre outros assuntos, abordava questões consideradas fundamentais para o funcionamento das novas dioceses: sua subordinação à Santa Sé, sua autonomia na busca de fundos para suas criações e manutenções, a criação e a administração de seminários, assim como sobre admissão dos alunos nesses centros. (Cf. Ferreira, 1994, p. 62)

² Dom Adauto nasceu em Areia - PB, em 30 de agosto de 1855. Era filho do Coronel Idelfonsiano de Miranda Henriques e Laurinda Esmeralda de Sá de Miranda Henriques, proprietários do Engenho Buraco. Segundo Lima, “(...) foi filho, neto e bisneto de senhores de engenho”, o que deixou marcas profundas em sua personalidade. Depois de ser alfabetizado por sua mãe, estudou até os dezenove anos em sua cidade natal, quando partiu para a Europa, onde fez o Curso de Humanidades no Seminário de S. Sulpício em Paris (1875-1876), o Curso Superior em Teologia e o Doutorado em Direito Canônico no Colégio Pio Latino-americano, em Roma (1877-1882). Ordenou-se padre em 1880 e voltou para o Brasil em 1882. Foi nomeado professor no Seminário de Olinda, onde permaneceu até 1894, quando assumiu o bispado da Paraíba. (Cf. Ferreira, 1994, p. 65-64)

Assim como no resto do Brasil, a Igreja Católica paraibana, sob a orientação de Dom Adauto, passou a empreender forte campanha de romanização da sociedade e de tentativa de se reaproximar do Estado durante as primeiras décadas da República. Para tanto, também lançou mão das estratégias que já vinham sendo dinamizadas pelos demais bispos reformadores brasileiros: consciência da comunhão da diocese com Roma, integração com os demais bispos do Brasil, organização estrutural e pastoral da Igreja e combate aos “erros da modernidade”. De acordo com Dias (2008, p. 102), “as medidas reformadoras na Paraíba eram pautadas pelos documentos episcopais do Brasil e pelas orientações do concílio Plenário Latino Americano de 1899, que visava, em última instância, à implementação da romanização nas dioceses da América Latina”.

Tendo em vista tais orientações, ainda no mesmo ano de sua posse, Dom Adauto criou o Seminário Episcopal Nossa Senhora da Conceição, com o objetivo de priorizar a formação do clero paraibano.³ Já para fazer frente à Constituição republicana, em seu parágrafo 6º do artigo 72, que determinava “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, o bispo fundou colégios religiosos pela diocese afora, destinados à educação dos jovens paraibanos e potiguares, já na última década do Século XIX e na primeira do XX, como segue:

QUADRO 1 – COLÉGIOS CATÓLICOS DA DIOCESE DA PARAÍBA DO NORTE (1894-1909)

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	CIDADE	PÚBLICO-ALVO	ANO
Colégio Diocesano Pio X	Paraíba do Norte	Jovens - Masculino	1894
Colégio Nossa Senhora das Neves	Paraíba do Norte	Jovens - Feminino	1895
Colégio Santa Luzia	Mossoró	Crianças - Masculino	1901
Colégio Imaculada Conceição	Natal	Jovens - Feminino	1902
Colégio Santo Antônio	Natal	Crianças - Masculino	1903
Colégio Padre Rolim	Cajazeiras	Masculino	1903
Colégio São José	Paraíba do Norte	Meninos pobres	1905
Seção no Colégio Nossa Senhora das Neves	Paraíba do Norte	Meninas pobres	1906
Escola Santa Inês	Paraíba do Norte	Meninas pobres	1909

FONTE: FERREIRA, 1994, p. 70-72. Quadro elaborado pelo autor deste artigo.

A fundação desses centros católicos de ensino indicia que Dom Adauto passou a atuar de forma significativa na educação formal da diocese, já que estava impossibilitado de atuar diretamente na educação pública. Ao mesmo tempo, notamos que o bispo

³ “O número de seminaristas, menores e maiores, no episcopado de Dom Adauto, foi grande, quando comparado com os de outros anos, para uma diocese em processo de instalação. Entre 1894 e 1910, haviam ingressado no seminário 848 seminaristas, no curso inferior, e 686, no curso superior, sendo que, do total de 1534 seminaristas, foram ordenados 82. Até 1930, foram ordenados por Dom Adauto 132 padres”. (DIAS, 2008, p. 105)

seguia as orientações do clero reformador brasileiro, que via a educação como um ponto estratégico a ser utilizado para formar uma elite intelectual católica capaz de atuar no campo político do país, que se tornava secularizado, e garantir a continuidade dos princípios católicos na sociedade paraibana e na potiguar.

Outra estratégia que também passou a ser empregada com frequência pela Igreja paraibana, no processo de romanização dessas sociedades, foi a criação dos periódicos católicos nas capitais da Paraíba (Jornal *A Imprensa*)⁴ e do Rio Grande do Norte (Jornal *Oito de Setembro*)⁵, no ano de 1897. Essa também era outra orientação posta pelos bispos do Brasil, que pensavam que, para recuperar sua influência sobre o meio social, seria necessário efetivar a imprensa como agência socializadora da sociedade civil a fim de propor a recristianização social.

Assim, na Paraíba, o jornal *A Imprensa* passou a ser uma importante peça de retórica no processo de romanização, cujo principal objetivo dizia ser o de preservar os “bons costumes” e a fé católica dos diocesanos. Essa preocupação se tornou mais evidente quando Dom Adauto publicou sua ‘Carta Pastoral *do Nosso Dever para com a Imprensa*’ (29 de junho de 1918)⁶. Nesse documento, o bispo chamou a atenção para o papel da imprensa de orientação católica no combate às ideias contrárias à Santa Sé e, ao mesmo tempo, procurou distinguir o que considerava como sendo a boa e a má imprensa, conforme se percebe neste trecho:

A razão é porque a imprensa constitui hoje, mais que nunca, o principal alimento do espírito, assim para a vida como para a morte, tanto para o bem como para o mal. Boa, transmite aos indivíduos e à família a vida moral, trazendo concomitantemente a segurança das instituições, o bem-estar da sociedade e o verdadeiro progresso dos povos. Má, arrasta consigo a decadência, amontoa destroços sobre destroços: gera a morte. (...) Se os católicos se resolvessem, como devem, a não comprar nunca livros maus e a não assinar jamais um só jornal que publique coisas contra a fé ou os bons

⁴ Lançado em 27 de maio desse ano, o jornal *A Imprensa* tinha formato grande, com periodicidade semanal. Em sua primeira fase, circulou até 13 de novembro de 1903. Entre 1905 e 1912, foi substituído pela publicação mensal do *Boletim Ecclesiastico*. Por esses anos, a Igreja Católica também se fez representar por meio do jornal estatal *A União*. Cf. Araújo, 1986, p. 42.

⁵ Seu primeiro número foi lançado em setembro; era semanal e em formato pequeno, tipo revista e circulou até 1902. Cf. Araújo, 1986, p. 42.

⁶ Essa Carta Pastoral foi publicada, na íntegra, no jornal *A Imprensa*, de 07 de julho de 1918. Enquanto o Papa se dirigia aos bispos por meio das *Cartas Encíclicas*, eles, por sua vez, usavam as *Cartas Pastorais* para fazer com que chegassem as posições doutrinárias provenientes de Roma aos padres da diocese. Eram documentos públicos, divulgados em forma de plaquete, em jornais e nas missas. Excepcionalmente, algumas das cartas eram reservadas ao conhecimento exclusivo do clero. As cartas de Dom Adauto são, portanto, significativos documentos para se perceber como foi o processo de romanização na Paraíba. Entre 1894 e 1935, esse bispo redigiu 24 cartas destinadas ao clero e ao povo em geral, cinco reservadas ao clero, e 10, coletivas. Cf. Dias, 2008, p. 118-119.

costumes, contra a Religião ou seus ministros, contra a justiça ou a caridade, certo desapareciam na sua maior parte essas máquinas de guerra e fatores de demolição e já não teríamos de deplorar as suas más conseqüências na família e na sociedade. (HENRIQUES, 1918, p. 3-7).

Ao longo dessa carta, o bispo orientou os católicos a não lerem o que ele chamou de má imprensa, porque a considerava “inimiga da fé”. Apesar de não nomear a que notícias ele se referia, evidencia-se que elas seriam o positivismo, o racionalismo, a maçonaria, o protestantismo, o espiritismo, o materialismo e o socialismo, considerados os “erros da modernidade” e tão condenados pelas encíclicas papais, pelo clero brasileiro e pelo próprio Dom Adauto, em Cartas Pastorais anteriores, e por meio do jornal *A Imprensa*.

Tão logo ocorreu a proclamação da República no Brasil, a imprensa católica paraibana criticou a influência positivista que se fazia expressar no lema da bandeira nacional:

Como traduzir-se em prática a inserção que orna o seu estandarte – Ordem e Progresso – quando a ordem que temos é uma figura de retórica e progresso a negação absoluta de todas as idéias puras, o desenvolvimento das teorias falsas e a desorganização profunda de todos os ramos dos negócios públicos? Como havemos de ter Ordem e Progresso, calcando-se aos pés o Decálogo, esse monumento perene de sabedoria, que nem a calúnia dos adversários, nem o sangue vertido em mil pugnas, nem o fumo denso de combates, nem a cólera vomitada pelas potências do governo e nem a rasura inexorável do tempo conseguiram ainda alterar uma vírgula. [...] O positivismo, o materialismo, o racionalismo e todo esse conjunto argamassado de systema hybridos e de seitas heterogêneas tem corrido poderosamente para a inversão dos princípios fundamentaes do direito e da justiça em que repousa o equilíbrio social. (Jornal *A Imprensa*, 20 nov.1898).

A forte mensagem dessa matéria nos mostra que a Igreja paraibana, por meio de seu impresso oficial, logo começou a advogar de forma intensa contra um “conjunto” que ela considerava como responsável pelos males sociais e que, naquele momento, tornava-se mais evidente, tendo em vista a concretude da República no Brasil sob a influência do positivismo. A reação de Dom Adauto o fato de se ter separado a Igreja do Estado seguia a mesma orientação dos demais bispos do Brasil e se intensificou depois do decreto que introduziu a liberdade religiosa no país (07 de janeiro de 1890)⁷ quando, então, o clero passou a criticar essa laicização e publicou a primeira Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil, de 19 de março de 1890. Assim como se repetia no quadro mais geral do país, a

⁷ Decreto nº 119-A da Constituição do Brasil de 1890: “Prohíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. (...) Revogam-se as disposições em contrário. Sala das sessões do Governo Provisorio, 7 de janeiro de 1890, 2º da Republica. Manoel Deodoro da Fonseca.”

Igreja paraibana passou a entender que a implantação e a consolidação do estado secular e positivista trouxera uma série de outros problemas, entre eles, a maçonaria.

Na Paraíba, as posições de condenação de Dom Adauto à maçonaria se verificam desde 1899, ano em que essa sociedade passou a desenvolver forte campanha anticlerical através do diário *O Comércio*.⁸ Lima (2007, p. 197, 203 e 205) descreve que “‘O Comércio’ continuou, durante todo o ano de 1900, na sua tarefa inglória de desprestigiar o bispo diocesano, o clero em geral, primando no *metier* um dos seus redatores, distinguindo luminar da ‘seita’”. O autor acrescenta que, durante 1901, a campanha anticlerical de *O Comércio* recrudescceu, e os redatores passaram a publicar escândalos que envolviam os padres paraibanos e “(...) consideravam D. Adauto um grande capitalista, um rico latifundiário, um financista hábil que mal disfarçava a sua avidez de ouro”. Observando o jornal *A Imprensa* desse mesmo período, verifica-se que o ele reagia veementemente às acusações e instruía os leitores católicos a respeito das “seitas” condenadas pela Igreja, principalmente sobre a maçonaria e os seus intuitos.⁹

A reprovação à maçonaria por parte de Dom Adauto continuou nos anos seguintes e foi tema certo quando ele se referia aos “erros” da modernidade e da República no Brasil em seus documentos episcopais. Na Carta Pastoral *Deus e Pátria*, de 05 de agosto de 1909, ele “(...) lastima a sua Pátria achar-se ainda envolta das espessas trevas da maçonaria francesa, que procura derruir o magno alicerce do catolicismo” (SEVERIANO Apud LIMA, 2007, p. 283). O bispo voltou ao tema em 1911, quando dirigiu aos párocos de sua diocese uma carta circular em que pedia que eles orientassem os fiéis católicos a não lerem revistas e jornais maçônicos, como percebemos no trecho que segue:

Revmos. Srs. Vigários; Considerando a grave responsabilidade que pesa sobre nossos ombros de velar pela preservação do nosso rebanho da contaminação das más doutrinas, as quais infelizmente nos tempos hodiernos se difundem por todos os meios e principalmente pela imprensa má a serviço do maçonismo corruptor: julgamos dever chamar a atenção de V. V. R. R. para essa parte do múnus pastoral e recomendar-lhe com todas as veras de nossa alma e toda a autoridade de que nos revestiu o Divino Pastor, que, a par do zelo na propaganda da boa imprensa, empreguem o maior cuidado e esforço em

⁸ Em 15 de novembro de 1899, apareceu jornal *O Comércio*, fundado por Arthur Aquilles, ao lado de Leonardo Smith, Antônio Bernardino dos Santos, José de Borba, Antônio Lyra e Coriolano de Medeiros (o gerente). Eram colaboradores figuras como Orris Soares, Oscar Soares, Neves Júnior, Álvaro de Carvalho, Augusto Belmont, Affonso Gouveia, Clemente Rosas, Ignácio Toscano e Francisco P. Carneiro da Cunha. *O Comércio* foi empastelado na noite de 28 de julho de 1904, juntamente com o também anticlerical *O Combate*. Em outubro de 1904, esse jornal reapareceu e desapareceu, definitivamente, em março de 1905. Cf. Araújo, 1985, p. 46.

⁹ “Durante todo o decorrer do ano de 1902, a campanha anticlerical, que tinha como porta-voz “O Comércio”, chegou ao seu clímax” (LIMA, 2007, p. 209).

extirpar da sua paróquia, e especialmente do seio das famílias e das mãos da mocidade, as publicações que ostensiva ou veladamente propagam doutrinas subversivas da ordem, da moral ou da religião e preguem insistentemente aos fiéis sobre o perigo das más leituras, fazendo-lhes ver a gravidade da culpa dos que por meio se expõem ao perigo de perder a fé e desviar-se dos bons costumes (Jornal *A União*, 16 abr.1911).

Notamos que essa perspectiva do bispo sobre a imprensa maçônica seguia as orientações debatidas durante o Primeiro Congresso Católico de Niterói, em 1909, e o Primeiro Congresso dos Jornalistas Católicos, em 1910, que resultou na organização das duas instituições às quais caberia a tarefa de reorganizar a imprensa católica no Brasil: o Centro da Boa Imprensa e a Liga da Boa Imprensa. Segundo Diehl (1990, p. 32), foi a partir desse último congresso que a Igreja Católica passou a adotar uma posição mais firme em relação à preocupação com a imprensa no Brasil, orientando seus ministros sobre “a má imprensa, a boa imprensa e o clero na imprensa”.¹⁰

De acordo com tais recomendações, Dom Aduino enviou aos padres de sua diocese uma carta circular, em 05 de junho de 1911, recomendando “(...) a utilíssima instituição da Liga da Boa Imprensa fundada em Petrópolis - RJ, com o fim de auxiliar o Centro da Boa Imprensa” (Jornal *A União*, 07 jun.1911). Entendemos também que foi a partir das decisões tomadas nesses congressos que se reorganizou o jornal católico paraibano *A Imprensa*, em 15 de agosto de 1912, reaparecendo agora em publicação bissetimaneira, com o objetivo de combater o agnosticismo, o laicismo e o ateísmo da primeira República, considerados os males da modernidade.¹¹

Na ocasião do 20º aniversário de sua posse episcopal, Dom Aduino escreveu a Carta Pastoral *da Santidade e do Ministério Sacerdotal* (07 de janeiro de 1914), que foi dirigida ao clero de sua diocese, onde ele descreveu sobre os “perigos modernos” que tentavam arruinar a religião católica e “(...) mostra-lhe o grande progresso resultante da

¹⁰ O Congresso da Diocese de Niterói havia sido transferido para Petrópolis como uma forma de comemorar a elevação desta última à categoria de cidade. A perspectiva tomada foi a de que a Igreja precisaria ser a dona dos veículos de comunicação, tanto a imprensa quanto as emissoras de rádio e, se possível, até mesmo produzir filmes. A expressão *boa imprensa*, oriunda de Leão XIII, generalizou-se. E, até o final da II Grande Guerra, a posição do Vaticano frente aos meios de expressão sempre foi a de total oposição e censura. Cf. Della Cava & Montero, 1991, p. 136.

¹¹ O jornal *A Imprensa* havia deixado de circular desde 1903 e reapareceu agora, em sua segunda fase, em publicação bissetimaneira (quartas e domingos) e com uma tiragem de dois mil exemplares. Durante os anos 1920 e 1930, esse jornal fazia a cobertura de todo o Estado da Paraíba e alcançou também outros recantos do país. Por essas décadas, foram seus principais articulistas e cronistas: Batista Leite, Eliseu Lira, Paulo Cintra, Clodoaldo de Oliveira, Luiz Delgado, J. V. Coelho, Padre José Delgado, Hortênsio Ribeiro, Padre J. Cabral, Orlando de M. Henriques, Eudésia Vieira, Serafim Leite, Dom Luís Godde, João Carlos Bezerril, J. Farias Pimentel e Nelson de Almeida Prado. Funcionou regularmente até 1942, quando foi fechado pelo interventor Ruy Carneiro, ressurgiu em 1946 e funcionou em sua terceira fase até o ano de 1968. Cf. Araújo, 1986, p. 42-44 e Lima, 2007, p. 334.

combinação do ateísmo da sociedade civil com a maçonaria internacional e recomenda-lhe muita santidade, muito zelo, muita prudência em todos os seus atos” (SEVERIANO Apud LIMA, 2007, p. 365).¹²

O protestantismo e o espiritismo também foram entendidos como males a serem condenados pela Igreja Católica paraibana durante as primeiras décadas do Século XX. O jornal *A Imprensa* noticiou que o Padre Júlio Maria chegou à capital da Paraíba em 30 de março de 1903, onde passou a realizar uma série de conferências na catedral, entre 02 e 26 de abril. A primeira foi intitulada “O Brasil e a República: a crise contemporânea e o nosso estado social”, em que afirmava que a crise contemporânea no Brasil assumia o mais grave e perigoso dos aspectos.¹³ Na sua quinta palestra, intitulada “A Igreja e o preconceito racionalista, teológico e moral”, realizada em 16 de abril, ele “(...) refutou magistralmente os erros contra a autoridade da Igreja: o protestantismo e o racionalismo, sustentando contra o primeiro a necessidade e a realidade do magistério, e contra o segundo, a harmonia da fé com a razão”.¹⁴

Com o mesmo objetivo de fazer conferências, chegou à capital da Paraíba o missionário capuchinho, Frei Celestino de Pedavoli, em 28 de janeiro de 1907, com destaque para a palestra “Os males do protestantismo e do espiritismo”. Esse religioso italiano, que atuava em Pernambuco e era famoso por sua violenta campanha antiprotestante, pregou na Cidade da Parahyba até 08 de fevereiro daquele ano (Jornal *A União*, fev.1907). Já em 28 de novembro 1909, o Frei franciscano de Olinda, Matias Tewes, proferiu “(...) a sua última conferência na Catedral contra o protestantismo, obtendo real sucesso” (LIMA, 2007, p. 291).¹⁵

¹² Como parte das estratégias de romanização da sociedade, o Papa Pio X, pela bula pontifícia *Majus catholicae religionis incrementum*, elevou a Diocese da Paraíba a Arquidiocese e criou as Dioceses de Cajazeiras e Natal, em 06 de fevereiro de 1914. A Arquidiocese compreendia toda a parte oriental do Estado e atingia 64.000 quilômetros quadrados, com uma população de 450.000 fiéis, aproximadamente; a Diocese de Cajazeiras, situada na parte ocidental do Estado, abrangia 43.000 quilômetros quadrados e uma população de 250.000 fiéis; e a Diocese de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, com 57.730 quilômetros quadrados e com pouco mais de 400.000 fiéis. Cf. Lima, 2007, p. 363.

¹³ De acordo com Ferreira (1994, p. 203), “(...) ocorriam nas capitais da Paraíba e do Rio Grande do Norte, raramente em outras cidades, as chamadas Conferências Religiosas, que procuravam atingir essencialmente as camadas médias urbanas.” Ainda segundo essa autora, o Padre Júlio Maria, religioso redentorista, tornou-se conhecido como missionário percorrendo quase todo o Brasil.

¹⁴ As demais conferências do Padre Júlio Maria tiveram os seguintes títulos: “A Igreja e o preconceito teológico”; “Os incrédulos e o ateísmo doutrinário”; “Os crentes e o ateísmo prático”; “A falsa idéia de Deus e a noção da Providência Divina”; “Jesus Cristo, sua humanidade e sua divindade”; “Jesus Cristo e a incredulidade”; e “A Igreja e o preconceito moral”. Cf. Jornal *A Imprensa*, 18 abr.1903.

¹⁵ Para Ferreira (1994, p. 211), a ação dos espíritas e dos protestantes não representava, na Diocese da Paraíba, riscos para o catolicismo. Os pequenos grupos existentes eram marginalizados e até sofriam agressões verbais e corporais.

Em março de 1913, o jornal católico aproveitou-se da conversão da Professora Eudésia Vieira, do protestantismo para o catolicismo, para considerar em suas páginas o primeiro como um erro, conforme segue:

Talentosa professora diplomada pela Escola Normal do Estado, que, desde a idade de dez, anos seguia o protestantismo. Não obstante ser filha de pais protestantes, D. Eudésia, uma vez convencida da verdade católica, não hesitou em abraçá-la e escolheu o dia em que se comemora a Ressureição de Jesus Cristo dentre os mortos (23 de março) e seu triunfo sobre a morte e pecado, para ressuscitar também dentre o erro em que estava por muitos anos e triunfar dos obstáculos que naturalmente terá encontrado. (Jornal *A Imprensa*, 27 mar.1913).

Para a Igreja paraibana, outro dos resultados do liberalismo tinha sido o anarquismo, que era destacado, sobretudo, por causa da ação violenta e das tentativas de insurreição do movimento. Nesse sentido, o assassinato do rei da Itália, Humberto I, pelo anarquista Ângelo Bressi foi utilizado pelo jornal católico para afirmar que o anarquismo caminhava tomando dimensões assustadoras, especialmente “(...) devido à ausência da repressão à enchente de abusos e ilegalidade quer no domínio político, quer na esfera religiosa e social” (Jornal *A Imprensa*, 05 ago.1900). Da mesma forma, o assassinato do Presidente dos Estados Unidos, William Mckinley, por um anarquista, em 06 de setembro de 1901, foi usado para condenar o anarquismo e o positivismo, ambos entendidos como “sementes do mal”:

O positivismo curva a fronte do operário para a matéria, onde deve retemperar-se, diz, nas orgias da volúpia, quando o contratempo bate as portas do coração. Essas sementes fecundadas no coração humano, pela inclinação inata à perversidade, e desenvolvidas ativamente pela licença que se apregoa, produziram a maldita árvore do anarquismo que não terá já de cair pelo machado das potestades da terra. (Jornal *A Imprensa*, 13 out.1901)

Sobre a posição da Igreja paraibana em considerar o socialismo também como um dos “erros da modernidade”, a primeira menção que conseguimos detectar é o editorial do jornal *A Imprensa*, de 09 de fevereiro de 1902. Tendo por título “O Socialismo”, o discurso contestava os seus fundamentos por se basearem na “(...) negação de Deus, da espiritualidade da alma humana, da existência da vida futura, na teoria materialista da evolução, na igualdade de direitos entre todos os homens”. Além disso, duvidava-se de que ele tivesse o objetivo de melhorar as condições de vida do operário:

Longe de melhorar torna-a mais miserável. Porquanto no sistema da propriedade “particular”, o operário pode dispor livre e exclusivamente do salário, e se fizer algumas economias, pode comprar terrenos e assim melhorar a sua condição; e esse caso dá-se com todos os operários honestos e laboriosos, que enriquecem, adquirindo fundos, que não são outra coisa senão salário transformado. No sistema “socialista” que suprime a propriedade “particular”, não pode o trabalhador tornar-se proprietário; pois que só pode gastar o seu salário em objetos de consumo. (Jornal *A Imprensa*, 09 fev.1902).

O texto prossegue recriminando os meios de luta dos trabalhadores: “a greve que tantos prejuízos trazem ao comércio, à lavoura e a indústria tem seu apoio no ‘socialismo’ e dele recebe todo incentivo na sua marcha de desordens” (IDEM). Notamos que, embora, no Brasil, a expansão do operariado e de seus movimentos reivindicatórios ainda fosse elementar no início do Século XX, e na Paraíba, praticamente, inexistente, a preocupação da Igreja com o socialismo já estava presente:

Já estamos vendo no Brasil cujo horizonte está todo toldado pelas más doutrinas que têm convulsionado a Europa, os efeitos mais ou menos pronunciados do Socialismo, e ai do Estado, se não quebrar logo essa força deletéria do mal, fruto sazonado das sociedades secretas. Ontem as ameaças eram vistas ao longe e já temíamos as suas investidas, hoje de frente semidescoberta e com artificiosas pretensões favoráveis ao trabalho já vai sorrateiramente destruindo a ordem social e suplantando as nobres aspirações dos que vivem dos esforços empregados honestamente no labor de todos os dias e satisfeitos com a condição elevada ou menos elevada, com o estado de maior ou menor pobreza, em que a Providência de Deus em seus inescrutáveis desígnios os colocou. (IIDEM)

Percebemos que as críticas postas pelo jornal católico ao anarquismo e ao socialismo os relacionavam diretamente ao liberalismo. Tal constatação fica mais evidente a partir da segunda matéria referente ao socialismo (Apostasia da França), identificada nesse periódico no ano seguinte, que procurava mostrar, com o exemplo da França pós-revolucionária, que o Brasil correria um grande perigo caso seguisse o caminho anticlerical francês:

O Radicalismo, o Socialismo e o Liberalismo trabalham sinistramente a lúgubre sepultura da pobre nação. O primeiro mutilando as idéias puras de Deus, de imortalidade e toda sorte de espiritualidade submerge-a no pélagos revoltoso do mais brutal ceticismo. O segundo, ora pulverizando o princípio adorável de autoridade, ora anarquizando a sociedade, açoita qual furacão indômito a arrancar desapiadadamente as folhas das árvores, os seus mais belos destinos. E o terceiro? Ah! O Liberalismo. Sistema dissolvidor que tem deixado os mais perniciosos resultados no mundo (...) (Jornal *A Imprensa*, 10 maio 1903).

Durante as primeiras décadas do Século XX, a Igreja Católica paraibana foi veemente na condenação ao positivismo, ao laicismo, ao ceticismo, à maçonaria, ao protestantismo e ao espiritismo. Em seguida, foram incluídos nesse conjunto como seus inimigos o anarquismo, o socialismo e o comunismo. Assim, seguindo as proposições ditas por Malatian (2003), conseguimos assentar que o anticomunismo na Paraíba é um fenômeno político anterior à década de 1930 e que tem relação direta com a situação vivida pela Igreja Católica do Ocidente no mundo moderno e liberal que se pretendeu laico e secularizado. Esse quadro havia se tornado mais evidente no Brasil depois da República de 1889.¹⁶

FONTES E BIBLIOGRAFIA

a. JORNAIS

A União, 10 fev. 1907.

A União, 07 jun. 1911.

A União, 16 abr. 1911.

A Imprensa, 20 nov. 1898.

A Imprensa, 05 ago. 1900.

A Imprensa, 13 out. 1901.

A Imprensa, 09 fev. 1902.

A Imprensa, 18 abr. 1903.

A Imprensa, 10 maio 1903.

A Imprensa, 27 mar. 1913.

A Imprensa, 29 jun. 1918.

b. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: imprensa e vida*. Jornalismo impresso (1826-1986). 2. ed. Campina Grande: GRAFSET, 1986.

¹⁶ Segundo Dias (2008, p. 131), diferentemente do que se viu no sudeste do país, na Paraíba, a relação entre a Igreja e o Estado aconteceu sem muitos conflitos, pois o que se verificou foi “uma relação amistosa de autonomia institucional e colaboração mútua entre governo de Estado e Cúria Episcopal. Esse diferencial está associado à conjuntura política própria da Paraíba e às relações interpessoais daqueles que estavam na liderança das instituições. Na presidência do Estado, durante o período de implementação da diocese, estava Álvaro Machado que, quando não estava à frente do Governo, governou o Estado a oligarquia por ele liderada, de que foi presidente, entre outros, Monsenhor Walfredo Leal. As duas maiores lideranças da oligarquia *alvarista* nasceram em Areia-PB e eram da mesma procedência social de Dom Adauto. Em 1912, com o fim do Governo de João Machado, na Paraíba, subiu ao poder a oligarquia *epitacista*, com a qual o Monsenhor Walfredo Leal fez aliança, o que favoreceu politicamente a Igreja.” Assim, quando Dom Adauto recriminava a República, ele se referia mais ao Brasil do que ao estado da Paraíba.

DELLA CAVA, Ralf e MONTERO, Paula. *E o verbo se faz imagem: a igreja católica e os meios de comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

DIAS, Roberto Barros. *"Deus e a Pátria": Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos operários no Rio Grande do Sul: um projeto sócio-político (dos anos trinta a 1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e Romanização: implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

FIQUEIREDO, Francisco Severiano. *Diocese da Parahyba*. Parahyba: A Imprensa, 1906.
FONSECA, Manoel Deodoro da. *Decreto nº 119-A da Constituição do Brasil de 1890*. Sala das sessões do Governo Provisorio, 7 de janeiro de 1890.

HENRIQUES, Aduino Aurélio de Miranda (Dom). *Carta Pastoral Da Santidade e do Ministério Sacerdotal* (07 de janeiro de 1914). Parahyba do Norte: Typographia A Imprensa, 1914.

_____. *Carta Pastoral Deus e Pátria* (05 de agosto de 1909). Parahyba do Norte: Estabelecimento Graphico Torre Eiffel, 1909.

_____. *Carta Pastoral do Nosso Dever para com a Imprensa* (1918). Parahyba do Norte: Typographia A Imprensa, 1918.

LIMA, Francisco (Cônego). *Dom Aduino: subsídios bibliográficos (1855-1915)*. Tomo I. 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

_____. *Dom Aduino: subsídios bibliográficos. (1915-1935)*. Tomo II. 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

MALATIAN, Teresa. O 'perigo vermelho' e o Catolicismo no Brasil. In: ____; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (Orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003: 173-183.